

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.274 - SC (2019/0357107-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : GILBERTO ALFARTH (PRESO)
ADVOGADO : DANIEL ALVES DOS SANTOS - SC044064
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por GILBERTO ALFARTH contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 4030053-86.2019.8.24.0000).

Consta dos autos que em 26/9/2019 o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 12 e 16, IV, da Lei n. 10.826/2003. Posteriormente a referida prisão foi convertida em segregação preventiva.

A defesa impetrou *habeas corpus* na origem. A ordem foi denegada, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 53):

HABEAS CORPUS. ARMAS. CRIMES DOS ARTIGOS 12 E 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISOS IV E VI, DA Lei n. 10.826/03. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PRISÃO PREVENTIVA. INSURGÊNCIA.

ALEGADA DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA EXTREMA FRENTE AO POSSÍVEL REGIME A SER FIXADO EM CASO DE EVENTUAL CONDENAÇÃO. IMPROPRIEDADE. VIA ELEITA QUE NÃO COMPORTA A INCURSÃO NO MÉRITO DA AÇÃO PENAL. PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO.

PRISÃO PREVENTIVA. FEITO QUE REÚNE BOAS PROVAS DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. APREENSÃO DE AO MENOS OITO ARMAS DE FOGO E MAIS DE 700 MUNIÇÕES DE VARIADOS CALIBRES. EXISTÊNCIA DE SILENCIADOR, MIRA ELETRÔNICA E MATERIAL PARA RECARREGAR MUNIÇÕES. CIRCUNSTÂNCIAS QUE DEMONSTRAM A PERICULOSIDADE DO INDIVÍDUO E SERVEM PARA JUSTIFICAR A NECESSIDADE DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR COM VISTAS A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRECEDENTES. ARGUMENTO QUE NÃO AFRONTA O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. SUPREMA CORTE QUE JÁ RECONHECEU A COMPATIBILIDADE DA PRISÃO COM O PRINCÍPIO DA NÃO-CULPABILIDADE.

Superior Tribunal de Justiça

PREDICADOS PESSOAIS QUE NÃO OBSTAM A SEGREGAÇÃO. SUBSTITUIÇÃO POR OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES QUE NÃO SE MOSTRA RECOMENDÁVEL NESTE MOMENTO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO NA HIPÓTESE.

ORDEM CONHECIDA EM PARTE E DENEGADA.

No presente recurso, a defesa sustenta, em suma, que o decreto de prisão preventiva não observou os requisitos estampados no art. 312 do Código de Processo Penal.

Acrescenta que, *"no referido caso, não se vislumbra a necessidade da prisão cautelar do denunciado, não há nos autos qualquer prova de que voltará a delinquir ou causar perigo a sociedade, tão pouco ao processo e sua formação de culpa. O denunciado desde o primeiro momento, se dispôs a colaborar, se apresentou diante da invasão de sua residência pela polícia militar, assumiu a propriedade das armas apreendidas, não obstruiu qualquer diligência. [...] O DENUNCIADO, É TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL A 23 (VINTE E TRÊS) ANOS NA MESMA EMPRESA, O QUE DENOTA, DIGA-SE DE PASSAGEM, QUE NÃO É UM CRIMINOSO, A PONTO DE VOLTAR A DELINQUIR"* (e-STJ fls. 71/72).

Diante dessas considerações, requer, *"a) Liminarmente, conceda-se a ordem de habeas corpus a fim de colocar o Recorrente em liberdade, reconhecendo-se a inidoneidade da decisão, com a expedição da respectiva ordem de liberação, de GILBERTO ALFARTH, substituindo-se a custódia cautelar, se for o caso, por medidas diversas da prisão. b) Por fim, requer a reforma do acórdão recorrido para conceder definitivamente a ordem de Habeas Corpus"* (e-STJ fl. 74).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações atualizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, em especial a cópia do decreto de prisão, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator